



CURRÍCULO E DIFERENÇAS ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:

para além da
Semana da Consciência Negra

Odair de Souza | EEBMCS/ SED/SC
Marcelo Lopes/ EEBMCS/SED/SC
Karina Farias de Moraes/ EEBMCS/SED/SC
João Paulo dos Santos/EEBMCS/SED/SC

RESUMO:

O presente artigo propõe uma reflexão sobre educação para as relações étnico-raciais a partir da perspectiva das diversidades e das diferenças no currículo da educação básica em um momento do calendário cívico da Escola de Educação Básica Prof^a Maria do Carmo de Souza em Palhoça/SC. Este movimento aconteceu na Semana da Consciência Negra em 2021 e envolveu a participação de vários docentes, de diferentes componentes curriculares que de maneira experimental fizeram uma tentativa de implementação da lei 10.639/2003 bem como da educação para as relações étnico-raciais nesta escola. Ao mesmo tempo, discute a importância fundamental do currículo multiétnico e plural, com ênfase no projeto político pedagógico da escola.

Palavras-chave: Educação para as relações étnico-raciais. Semana da Consciência negra. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Lei 10.639/2003.

ABSTRACT:

This article proposes a reflection on education for ethnic-racial relations from the perspective of diversities and differences in the basic education curriculum at a time in the civic calendar of the Escola de Educação Básica Prof^a Maria do Carmo de Souza in Palhoça/SC. This movement took place during the Black Consciousness Week in 2021 and involved the participation of several teachers, from different curricular components who experimentally made an attempt to implement law 10.639/2003 as well as education for ethnic-racial relations in this school. At the same time, the article discusses the fundamental importance of the multiethnic and plural curriculum, with an emphasis on the political pedagogical project of the school.

Keywords: Education for ethnic-racial relations. Black Awareness Week. Pedagogical Political Project. Resume. Law 10.639/2003.



RESUMEN:

Este artículo propone una reflexión sobre la educación para las relaciones étnico-raciales, en la perspectiva de las diversidades y diferencias en el currículo de la educación básica, en un momento del calendario cívico de la Escuela de Educación Básica Profesora Maria do Carmo de Souza, en Palhoça/SC, Brasil. Este movimiento tuvo lugar durante la Semana de la Conciencia Negra, en 2021, y contó con la participación de varios docentes de diferentes componentes curriculares que intentaron experimentalmente implementar la ley 10.639/2003 y la educación para las relaciones étnico-raciales en esta escuela. Al mismo tiempo, discute la importancia fundamental del currículo multiétnico y plural, con énfasis en el proyecto político pedagógico de la escuela.

Palabras clave: Educación para las relaciones étnico-raciales. Semana de la Conciencia Negra. Proyecto Político Pedagógico. Currículo. Ley 10.639/2003.

Nós vos pedimos com insistência!
Nunca digam: isso é natural.
Diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que corre sangue,
em que o arbitrário tem força de lei,
em que a humanidade se desumaniza:
-Nunca digam: isso é natural,
a fim de que nada passe por imutável.
(Bertolt Brecht).

INTRODUÇÃO

O texto de Brecht, escrito por volta de 1930 ainda representa muito na atualidade. Em momento de governo com forte tendência autoritária, de inspiração proto fascista, devemos sempre (des)naturalizar o que foi naturalizado.

No atual cenário político brasileiro, tempos de escola sem partido, movimento anti-vacina, reivindicação de ditadura, minimização das ciências humanas nas escolas de educação básica e perseguição à professores/professoras que discutem temas que “fogem ao currículo tradicional”, branco, eurocêntrico, patriarcal, cristão, como gênero, sexualidade e onde o presidente da República diz que “racismo é coisa rara no



Brasil e que isso já encheu o saco”¹ (ROMANO, 2019) e muitos dos bolsonaristas acham que “falar de racismo no Brasil é vitimismo”, é necessário mais do que nunca debater e denunciar essas práticas ditatoriais, conservadoras, preconceituosas, discriminatórias e racistas.

Aliás, no Estado de Santa Catarina, infelizmente a imprensa falada e escrita não se cansa de transmitir notícias de atos de cunho ditatoriais e protofascistas. Exemplo disso é a matéria publicada no jornal e noticiada na TV como esse “Nazismo em Santa Catarina: investigação aperta o cerco a extremista” (2017); “ candidato a vereador que tinha suástica nazista na piscina em SC é expulso do partido”(2020); “bandeira nazista é balançada por homem em prédio em Florianópolis, polícia civil investiga” (2020); “busto de Hitler e suástica nazista somem de loja após denúncia de turista” (10/08/2021); “símbolo de apologia ao nazismo não são casos isolados em SC”(11/08/2021) e por fim, “polícia encontra loja de artefatos nazistas em SC (02/09/2021). Ou seja, infelizmente o Estado de Santa Catarina leva a popularidade de ser o “estado mais nazista do país” e, conseqüentemente racista, pois esta é uma marca fundamental de quase todos os regimes ditatoriais e, particularmente do nazismo.

Assim, pensamos que muitas vezes, para “acordarmos” da “inércia pedagógica e intelectual “em que nós, docentes, muitas vezes nos encontramos é preciso que algo de extremo aconteça para que a escola desperte para algum tema relevante e o coloque na pauta do dia. Um deles foi o assassinato do negro George Floyd nos Estados Unidos em 2020 (SILVA; BONFIM, 2021). Tal fato, indignou a população de vários países e os provocou a irem às ruas – apesar de estarmos em pandemia e necessitarmos de isolamento social - e protestarem contra o racismo ainda presente nos Estados Unidos e em várias outras partes do mundo. Isto também despertou, posteriormente, nas escolas a discussão do preconceito, da discriminação e do

¹ O programa Luciana By Night com Jair Bolsonaro (07/05/2019) pode ser assistido na íntegra neste link: https://www.youtube.com/watch?v=xMDcEo0_BV0 A referida fala se encontra aos 40 min.54 s.



racismo. Embora tal fato tenha acontecido nos Estados Unidos, esse fato mexeu com a sensibilidade de alguns brasileiros, em especial com os professores antirracistas, pois infelizmente o Brasil ainda é um dos países mais racistas do mundo e casos de racismo são noticiados na imprensa falada e escrita semanalmente. Isso se aprofunda ainda mais

na atual conjuntura, onde está posto uma ameaça real e dolorosa para muitos militantes, docentes, estudantes e intelectuais, que é a possibilidade real do fim das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER) que regulamentam e normatizam o artigo 26ª A da LDBEN. [...]. (OLIVEIRA, 2020, p. 12).

Isto reforça a necessidade urgente de ações pedagógicas antirracistas por parte dos educadores, pois a despeito de no Brasil, já termos uma lei, a de nº 10.639/2003 que há quase 20 anos orienta a discussão sobre a história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula e, consequentemente as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana- doravante daqui pra frente DCNERER, possibilitando às escolas da educação pública e privada – a discussão do racismo, pesquisas indicam que tal lei ainda não é realidade na maioria das escolas de nosso país. Pesquisas como as de Nilma Lino Gomes desenvolvida de fevereiro a dezembro de 2009 e publicada em 2012 (GOMES, 2012) e suas reflexões teóricas como as de Gomes (2009); Gomes e Jesus (2013) e Cardoso, Fagundes (2019) tem apontado a fragilidade da implementação dessa lei no país.

Essa lei, fruto de lutas históricas dos Movimentos Negros, (GOMES, 2012, p. 733-734) tem no campo educacional se constituído como um verdadeiro desafio para sua implementação no currículo escolar. A lei nº 10.639/2003 bem como as DCNERER tem encontrado resistência de parte considerável de professores/as e gestores/as das escolas, pois estes/estas ainda não consideram a educação para as relações étnico-



raciais como parte integrante do Projeto Político Pedagógico, dos Planos de Curso anual e dos planos de aula.

Entretanto, embora o Estado de Santa Catarina, disponha de um conjunto de documentos de cunho teórico-metodológico e de apoio teórico ao professor como a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (SC, 2014), Currículo Base da Educação infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (SC, 2019), o Caderno, Política de Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (SC, 2018) e o Caderno Pedagógico Educação e Diversidade – implantação e implementação das leis nº 11.645/008, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99 na educação básica e modalidades de ensino (SC, 2016). Contudo, ainda assim se encontra muita resistência por parte dos docentes, equipe pedagógica, administrativa e gestora das escolas. Pesquisas como a de Dias (2011), Pereira (2011) e Souza (2018) confirmam esta fragilidade da implementação da lei nº 10.639/2003 nas escolas de Santa Catarina.

Contextualizando os documentos curriculares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Santa Catarina em relação às diversidades e diferenças

O Estado de Santa Catarina, via Secretaria de Educação foi um dos pioneiros no Brasil na formulação de políticas curriculares e implementação em sua rede de ensino e, por isso já tem um conjunto de documentos que trazem em seu bojo as questões relacionadas as diversidades e às diferenças.

Os primeiros documentos curriculares catarinenses publicados em 1998 e conhecidos como Propostas Curriculares eram constituídos de 03 cadernos² e traziam a compreensão de ser humano e de sociedade, fundamentado na filosofia histórica e

² Os três cadernos da Proposta Curricular de Santa Catarina são: Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio – disciplinas curriculares; Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio – formação docente para a educação infantil e séries iniciais; Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – temas multidisciplinares.



dialética, apoiado nos pressupostos teóricos de Karl Marx e como concepção de aprendizagem, o sócio-interacionismo, concebido por Vigotsky. Nestes primeiros documentos as diversidades ainda não apareciam com tanta frequência e ênfase, sendo citados em poucos espaços no conjunto deles.

Porém, em um dos documentos – na Proposta Curricular de Santa Catarina – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – temas multidisciplinares, no capítulo “abordagem às diversidades no processo pedagógico” a preocupação com as diversidade e diferenças já aparecem, ainda que de forma bastante incipiente, ou seja, era uma discussão bastante preliminar nos documentos curriculares. Todavia, ao fazê-lo já questionava o currículo adotado até então e alertava que

tornar possível uma proposta curricular que **dê voz a diversidade** no processo pedagógico implica em discussão acerca da própria concepção de currículo que se pretende assumir. As atuais discussões sobre currículo deixaram para traz a concepção meramente técnica, voltadas para questões relativas à procedimentos, técnicas e métodos. O currículo assume hoje as características de um artefato cultural e social, o que coloca na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história e de sua produção contextual. (SC, 1998, p. 80).
Grifo acrescentado.

Esta proposta, de um currículo com foco nas diversidades e nas diferenças torna-se mais intenso a partir da atualização da Proposta Curriculares de Santa Catarina. Este documento curricular atualizado ficou conhecido como Proposta Curricular de Santa Catarina – formação integral na educação básica – 2014 e terá a diversidade como princípio formativo. Neste sentido, traz um capítulo inteiro “Educação básica e formação integral” dedicado às diversidades e diz que “concepção de educação básica como direito vem acompanhado de duas outras dimensões, imprescindíveis para a sua realização: a idéia de uma educação comum e a idéia de respeito à diferença” (SC, 2014, p. 53). E nessa idéia de uma educação comum e de respeito às diferenças e as diversidades pergunta: mas de que diversidade estamos



falando? E ela mesmo responde: educação para as relações de gênero, educação para a diversidade sexual e educação para as relações étnico-raciais.

Portanto, a Proposta Curricular de Santa Catarina 2014, reafirmou o compromisso com a diversidade étnico-racial no sentido de que

a EREER se aloja na idéia desconstrução dos modelos e instituições escolares assumidos como únicos e propõe a construção de possibilidades educativas que leve em conta a pluralidade étnica. Esse processo de desconstrução e construção, levando em conta a identidade cultural brasileira e suas pertencas, pode-se constituir em práticas constante de reflexão no interior da própria escola. [...]. A abertura proposta pela EREER para os currículos encaminha novos saberes, novas formas de ensinar e novos comportamentos para aqueles a quem se dará essa oportunidade de aprender. [...] Neste sentido os três princípios básicos assumidos pela educação das relações étnico-raciais são: a busca de uma consciência política e histórica da diversidade. O fortalecimento da identidade e de direitos, ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. (SC, 2014 p. 67-68)

Foi a primeira vez que o Estado de Santa Catarina assumiu a diversidade como princípio formativo e, entre elas, a diversidade étnico-racial. Assim, para subsidiar o trabalho dos docentes foi publicados dois cadernos de orientações aos professores: o 1º Caderno Pedagógico Educação e Diversidade: implantação e implementação das leis nº 11.645/08, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99 na educação básica e modalidade de ensino (SC, 2016) e o caderno Política de Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (SC, 2018).

O tema das diversidades étnico-racial ganhou relevância ainda a partir da publicação do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (SC, 2019, pp. 41 - 59), onde recebeu um capítulo dedicado exclusivamente a educação para as relações étnico-raciais.

Vemos por este conjunto de documentos que o Estado de Santa Catarina a décadas vem trabalhando a questão das diversidades e, concomitantemente as diferenças em seus currículos. No entanto, os questionamentos que nos ficam é: o que



é diversidade? O que são diferenças? Quais as implicações pedagógicas de práticas das diferenças e das diversidades em sala de aula? Gomes (2008, p. 17) nos ajuda a pensar sobre isso ao afirmar que

do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo nos aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura assim o nomeamos e identificamos.

Assim, pensar a diversidade é aspirar a alteridade, ou seja, se colocar no lugar do Outro. Quando percebida, analisada, entendida, praticada e estudada por educadores/as em cada escola, em cada sala de aula desse país, poderá conduzir todos e todas a uma educação mais humana, solidária, justa, plural, democrática e cidadã. Porém, só podemos entender as diversidades quando nos dermos conta das diferenças. É ela que nos permite olhar o Outro de maneira diferente de nós, de nossos padrões e nossa visão de mundo. A diferença segundo Gomes (2003, p.71)

são construções construídas culturalmente, tornando-se então empiricamente observáveis e; as diferenças também são construídas ao longo de processos históricos, nas relações sociais e nas relações de poder. Muitas vezes, os grupos humanos tornam o outro diferente para fazê-lo inimigo, para dominá-lo.

A partir do olhar às diferenças é que a diversidade aparece e junto com ela o reconhecimento, o combate as injustiças sociais, raciais, de gênero e de sexo, o respeito e a valorização do outro em todos os aspectos: culturais, políticos, sociais, religiosos, etc.



Educar e ensinar na perspectiva da diversidade e das diferenças étnico-raciais é orientar-se por um currículo não eurocentrado. Mas como tem sido as nossas aulas? Será que tem privilegiado a diversidade e as diferenças enquanto um componente essencial das sociedades humanas em todos os aspectos? As diversidades e as diferenças fazem parte do escopo central de todos os documentos curriculares do Estado de Santa Catarina, porém como já indicado acima, o estudos das diversidades e das identidades catarinense, bem como o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana não acontece de maneira adequada, ressalvado-se em alguns breves momentos como na chamada ‘Semana da Consciência negra’.

Contextualizando a Semana da Consciência Negra 2021.

Ainda que muitas escolas não tenham implementado a educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana em seus documentos oficiais, alguns docentes abnegados e politicamente comprometidos com a luta antirracista e, conseqüentemente com uma educação plural, racialmente heterogênea, democrática, igualitária e inclusiva, não medem esforços para alavancar conteúdos, temas e objetos vinculados à história e cultura afro-brasileira e africana e a educação para as relações étnico-raciais, daqui para frente denominada ERER. Exemplo disso foi a Semana da Consciência Negra na Escola de Educação Básica Prof^a Maria do Carmo de Souza, no município de Palhoça, Santa Catarina.

De repente, num determinado dia do ano de 2021, recebemos em nosso grupo de *whatsapp* da escola, a recomendação de que deveríamos “fazer alguma coisa” para a Semana da Consciência Negra, que acontece em novembro. Os professores pegos de surpresa começaram a papear na hora do recreio, nos corredores, no cafezinho, práticas pedagógicas que pudessem inserir temas antirracistas na Semana da Consciência Negra na escola. Uns mais engajados com a causa, outros nem tanto, mas as ideias começaram a brotar e a se materializar em diversas atividades que seriam trabalhadas na Semana da Consciência Negra.



Uma das atividades sugeridas pelo professor de História que foi aceita e acolhido por todas/todos foi a exibição do filme “Estrelas além do tempo”³, projetado no auditório da escola⁴ para todo o Ensino Médio Noturno. Este filme tematiza a presença de mulheres cientistas negras na equipe da NASA, na década de 60 que contribuíram na conquista espacial, na construção de um satélite que levasse o homem ao espaço. Três mulheres negras destacaram-se neste cenário: Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson.

Porém, tal situação, ou seja, a presença de mulheres negras cientistas tanto a nível mundial quanto brasileira como Lélia Gonzáles, Anita Canavarro, Denise Alves Fungaro, Katemari Diogo Rosa, entre tantas outras⁵, que nem sequer são mencionados nos espaços escolares. Isto demonstra ainda um currículo escolar patriarcal, machista e branco até porque se, em algum momento são citadas mulheres cientistas (o que é raridade), geralmente são brancas. Isso demonstra aos estudantes que existem negros e negras de renome nacional e internacional no campo científico no Brasil bem como em outros países do mundo, que nunca foram visibilizados/visibilizadas no currículo escolar, demonstrando o que chamamos de epistemicídio⁶ (CARNEIRO, 2005, p. 97), ou sejam quando saberes, dizeres, patrimônios, histórias, memórias e culturas de povos como de populações negras e indígenas não são valorizadas e ou reconhecidas como conhecimentos no espaço escolar.

³ O filme “Estrelas além do tempo” baseado em fatos reais conta a história de três cientistas negras que trabalharam na NASA durante a década de 1960 e colaboraram para a conquista espacial. Indicado ao Oscar em 2017 na categoria de melhor filme, melhor atriz coadjuvante (Octavia Spencer) e melhor roteiro adaptado (Theodoro Melfi), o longa está entre os dez melhores filmes de melhor bilheteria nos cinemas do Brasil e dos Estados Unidos e levanta muitos tempos que podem contribuir com sua aula. (BERNARDO, 2018). Filme produzido nos Estados Unidos e lançado em fevereiro de 2017.

⁴ As atividades desenvolvidas na escola seguiram todas as regras estabelecidas pelos órgãos de saúde de Santa Catarina como a distância de 1,5 entre os estudantes, ventilação natural e uso de máscara, etc.

⁵ Neste site pode ser encontrado uma relação de mulheres negras cientistas do Brasil. <https://www.abpn.org.br/c%C3%B3pia-cole%C3%A7%C3%A3o-negras-e-negros>. Acesso em 02/02/2022

⁶ Para Carneiro (2005, p.97) o epistemicídio é para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados um processo persistente da produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade, pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação corrente no processo educativo.



Infelizmente, tendo em vista o calendário apertado de final de ano e que as turmas estavam distribuídas em grupos A e B em semanas alternadas não foi possível fazer uma reflexão aprofundada sobre o filme. Mas alguns comentários nos deixaram bastante otimista em relação ao filme. Um dos estudantes disse: - professor, eu não imaginava que por trás das conquistas da NASA haviam mulheres negras de renome e inteligentíssimas. Outro falou que: - professor, fiquei horrorizado com a branquitude presente no filme bem como o machismo escancarado.

Após palestras, projeções de filmes, documentários, etc., o professor de filosofia propôs aos primeiros anos do Ensino Médio que estabelecessem uma conexão entre o Mito da Caverna e a Semana da Consciência Negra. Em síntese, o mito da caverna, citado pelo filósofo Platão em sua obra “A República” narra que os seres humanos estavam amarrados uns aos outros e presos numa caverna, onde somente pequenas centelhas da luz do sol adentravam durante o dia. Os seres humanos só viam pequenas sombras que vinham do exterior e achavam que aquilo era a realidade. Porém, eles estavam cercados pela ilusão e pela falta de conhecimento ao tomarem as sombras pela realidade.

No entanto, o conhecimento verdadeiro, a realidade estava fora da caverna. Da mesma forma para buscar esse conhecimento era preciso percorrer o caminho para fora dela abandonando os preconceitos, as conclusões precipitadas, buscando força para ser e estar sempre cada vez mais informado e iluminado pela luz da verdade. Assim, por meio desta alegoria foi discutido vários temas relacionados a educação das relações étnico-raciais.

Dessa forma, os estudantes foram estimulados por meio de narrativas orais a relacionarem e apresentarem as principais características desse mito relacionando-a com a Semana da Consciência Negra. Neste sentido, a concatenação feita pelos estudantes entre o mito da caverna e o dia da consciência negra giraram em torno da discussão se a origem do preconceito, da intolerância e do racismo não seria a falta de conhecimento, o mesmo motivo pela qual os prisioneiros se encontravam presos na



caverna. E que uma possível saída para um mundo com mais equidade racial, seria uma educação e conhecimento antirracista para além do currículo eurocentrado

O professor de filosofia considerou que embora a filosofia seja uma disciplina muito arraigada na tradição filosófica eurocêntrica, julgou importante destacar a importância deste componente curricular enquanto múltiplas possibilidades de questionamentos sobre o mundo em que vivemos. Notou uma relevância bastante grande da discussão da Semana da Consciência Negra e o mito citado acima. A possibilidade de uma releitura atual de um pensador de mais de dois mil anos atrás, vendo os estudantes interpretando o texto de Platão e vinculando a temas urgentes como preconceitos, discriminações e racismo é muito gratificante. De modo geral, percebemos que os educandos aderem a estas propostas pedagógicas e em sua grande maioria julgam importante a discussão destes assuntos e muitos já tem alguma experiência sua de vida ou de colegas para compartilhar.

Outro momento de significativa importância foi a vinda à escola – mediado pelo professor de matemática – do escritor e palestrante Fábio Garcia que dialogou com os estudantes sobre a invisibilidade de intelectuais e personalidades negras de Santa Catarina, que são completamente desconhecidos do grande público do Estado, e em particular das escolas, pois não compõe o escopo curricular do estado de Santa Catarina. Citou como exemplo de personalidades e intelectuais de Santa Catarina, Antonieta de Barros, Ildefonso Juvenal da Silva, Trajano Margarida, João Rosa Júnior, Cruz e Sousa, entre outros/outras.

O professor de matemática aproveitou a oportunidade para por meio da interdisciplinaridade se engajar no assunto e em sala de aula com os estudantes trabalhou o assunto da palestra através de estudos estatísticos, principalmente com gráficos e planilhas. Foram desenvolvidos alguns temas como: desigualdades entre brancos e negros em cargos de chefia ou de diretoria, índice de negros em cargos públicos e/ou políticos e a importância das cotas raciais enquanto política de ações afirmativas.



Este estudo foi bem aceito entre os estudantes e após os trabalhos em grupo com os estudos de estatísticas e análises de gráficos ficaram perplexos com tamanha desigualdade entre brancos e negros. Muitos não se atentavam a essa realidade atual no Brasil, ou seja, desta desigualdade social gigante entre brancos e negros. Após os debates e estudos com os estudantes, pode-se concluir através das atividades propostas, que os estudantes entenderam o quanto ainda precisamos evoluir política, econômico e culturalmente para termos um Brasil mais equitativo e isto pode acontecer, entre outros meios, por meio de uma educação antirracista.

Do mesmo modo que os estudantes, o professor de matemática, ficou surpreso ao perceber que a matemática – um componente curricular que em sua grande maioria fica isolada de outros componentes curriculares poderá trabalhar de forma sistemática o combate ao racismo, preconceitos e discriminações a partir de dados estatísticos, dados numérico, entre outras metodologias.

O professor de matemática considerou também esta aula de extrema importância, até porque nos cursos de graduação em matemática, dificilmente se aborda esses temas na grade curricular. Entretanto, uma “semana coletiva” que aconteceu na escola e envolveu distintas disciplinas, com os docentes interessados, levamos a repensar não só a nossa aula, mas também todo o nosso trabalho em sala de aula com os números.

Nas aulas de sociologia, trabalhou-se com os estudantes as personalidades negras. As personalidades pesquisadas de reconhecido nome nacional foram, entre outras, Cruz e Sousa, Antonieta de Barros, Zumbi dos Palmares, Dandara.

A proposta metodológica adotada foi de que os estudantes ficassem à vontade para pesquisar a personalidade negra do Brasil ou do mundo tanto do passado quanto da atualidade e que eles mergulhassem nessa investigação. Eles deveriam trazer dados da pessoa – o que era, o que ela/ele fez, a importância para a história e cultura africana e afro-brasileira, etc. – enfim, o que eles/elas achassem interessante



pesquisar. Depois, desenharam a personalidade, escrevendo sua biografia para apresentarem à turma.

Após todos pesquisarem e apresentarem aos estudantes da turma, elaboraram um painel com todas essas personalidades e fixaram na rampa de acesso ao piso superior da escola, para que fossem vistos por todas e todos que passassem por ali. O trabalho de personalidades negras foi construído por estudantes de 1^{os} e 2^{os} anos do Ensino Médio.

O primeiro ano ficou basicamente com Cruz e Sousa e elaboraram um folder com a biografia dessa personalidade afro-catarinense e entregaram a todos os docentes e em todos os espaços da escola: refeitório, cozinha, secretaria da escola, sala dos professores, biblioteca, setor pedagógico, etc.

Depois de tudo isso foi pedido um resumo escrito dos estudantes. Este resumo foi avaliado e entregue aos estudantes e, por isso, não podemos transcrever o que eles relataram, mas a professora lembra de ter lido frases do tipo: deveríamos ter mais tempo para fazermos isso, falar mais sobre esse tema durante o ano. Segundo a professora foi positivo a Semana da Consciência Negra e as discussões e atividades pedagógicas advindas após ela.

Segundo a professora de sociologia trabalhar o tema da consciência negra é de suma importância para a vida escolar e fundamentalmente para a sociologia. Falar de consciência negra é resgatar a história de nossos ancestrais afros e desta forma entender o racismo no Brasil. Perceber que grande parte dos problemas sociais são provenientes do racismo estrutural. Trabalhar estes assuntos e dar voz a comunidade é conscientizar os estudantes de que é preciso mudar. O preconceito ainda está vivo na sociedade e cabe a nós educadores plantar a sementinha de uma sociedade antirracista.

Consideramos que a despeito de fazermos todas essas atividades na Semana da Consciência Negra e avaliarmos como positivo do ponto de vista pedagógico, este resultado será passageiro e isso efetivamente não se configurará como uma política de



[ARTIGO]

implementação da EREER na escola, se não houver um currículo e um Projeto Político Pedagógico comprometido político e etnicamente com a causa antirracista.

Uma política de institucionalização da EREER deve estar materializada no currículo e no Projeto Político Pedagógico da Escola como um tema que perpassa por todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares bem como todos os níveis de ensino (do fundamental inicial ao ensino médio) durante todo o ano. O currículo não é neutro e por isso concordamos com Silva (2015, p. 101 – 102) que

é através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas de raça e etnia ganham seu lugar na teoria curricular. O texto curricular – entendido aqui de forma ampla – o livro didático, o paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas – está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral essas narrativas celebram o mito da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial, o texto curricular conserva de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente “um tema transversal”: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade.

Dessa forma o currículo escolar deve representar e apresentar o conjunto de estudantes que adentram a escola e, por isso deve ser um currículo que privilegie a heterogeneidade, contemple as diversidades e respeite as diferenças. Neste sentido, um currículo democrático e multiétnico e multicultural.

Da mesma forma, que a importância do currículo antirracista, os pesquisadores da área da educação também destacam que um dos primeiros passos da institucionalização de uma educação para as relações étnico-raciais na escola é sua inserção no Projeto Político Pedagógico construído coletivamente com a participação dos pais, grêmios estudantis, associação de pais e mestres, conselho deliberativo escolar e corpo docente e discente e não feito pela equipe gestora ou pela equipe pedagógica da escola. O Projeto Político Pedagógico é a espinha dorsal da escola.



De acordo com Diallo, Rizzo e Assis (2018) inspirado em Veiga (2005)

[...] o P.P.P diz respeito a organização do trabalho pedagógico da escola no que tange à organização dos conteúdos disciplinares, a outras atividades pedagógicas e à gestão administrativa desta. Deve portanto, estar envolvido na elaboração deste documento os docentes e a equipe administrativa e pedagógica. Para além de um ordenamento técnico, o P.P.P deve ser compreendido como um caminho, uma direção, um norte para a realização de um compromisso educativo construído coletivamente. Cabe ressaltar que a especificidade do PPP emerge dos esforços coletivos no sentido de se construir a concepção de educação que a escola, por meio dos atores envolvidos na elaboração do documento assume. Diz respeito ainda as suas implicações para com a sociedade e principalmente sobre a pessoa que se quer se formar. **Assim, as questões que se articulam neste processo estão relacionadas à cidadania, ao trabalho, à consciência crítica e ao respeito e reconhecimento das diversidades raciais e étnicas.** (DIALLO; RIZZO; ASSIS, 2018. pp. 141- 142). **Grifo acrescentado**

Porém, ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico (P.P.P) recebido para revisão em 23 de março de 2021, verificamos que a lei nº 10.639/2003 bem como a lei nº 11.645/2008 nem sequer é citada e, se essas leis não são citadas no P.P.P da escola, imagina-se que a discussão para a educação das relações étnico-raciais “passe a largo” enquanto política curricular da escola.

No entanto, o que se sabe pelas pesquisas apontadas é que ainda que a lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana já tenham quase 20 anos, tal efetivação ainda não ocorre na maioria das escolas brasileiras e isso tudo tem alguns motivos estruturantes da própria sociedade brasileira como o eurocentrismo, a branquitude e o mito da democracia racial⁷.

⁷ Para um estudo mais aprofundado destes termos ver o artigo: SOUZA, Odair de; PAIM, Elison Antonio. Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Chapecó, nº 34, 2019/02. Também SOUZA, Odair de; LIMA, Valdemar de Assis. História e Cultura Africana na Educação Básica: entre dilemas e propostas de ensino. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**. UEMS/Campo Grande/MS, vol. 05, nº 10, pp. 68 -79. 2021.



Outro aspecto que precisamos considerar é que a educação para as relações étnico-raciais deve estar vinculada aos diferentes componentes curriculares em todo o ano e usado das mais diversas metodologias para sua aplicabilidade. Souza (2019) menciona que uma das propostas ao trabalhar com a educação para as relações étnico-raciais é por meio de projetos e/ ou de forma interdisciplinar onde possa haver uma integração entre as disciplinas de maneira que o combate ao racismo fique evidente nestes projetos.

Da mesma forma a educação para as relações étnico-raciais não deve ser compreendida somente como um “conteúdo do programa”, mas sim algo que tenha a ver com a vida cotidiana dos estudantes e da sociedade de maneira geral. Souza e Freitas (2021) ao abordar este assunto recomendam-nos de que devemos trazer para a sala de aula as “histórias sensíveis”, ou seja, ao abordarmos a escravidão por exemplo, não situar somente no passado, mas sempre contextualizar com situações do tempo presente para que o tema em si tenha relevância e interesse dos estudantes. Da mesma forma quando falarmos de senzalas, relacionarmos ao processo de favelização na contemporaneidade onde a maioria desses espaços são habitadas por população negra, e assim temas correlatos como violência policial, assassinatos de jovens negros no Brasil atual, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a educação para as relações étnico-raciais, só acontecerá e de fato será concretizada de maneira efetiva nas escolas a partir do momento que cada agente da educação (estado, docente, estudantes, gestores, equipe pedagógica, pais e órgãos deliberativos da escola como Associação de Pais e Mestres e Conselhos Deliberativos) atuem juntos. No entanto, percebemos que essa atuação conjunta de parte significativa dos agentes públicos, sobretudo do Estado, está muito longe de acontecer.



Porém, acreditamos que como educadores que somos, comprometidos com uma ética e uma política de amor a vida, devemos atuar e semear pequenas sementes antirracistas nas gretas (Walsh, 2017), ou seja, nas pequenas brechas que a situação nos permite ou de vermos flores romper o asfalto (Drummond, 2000). Com todas as adversidades, vislumbramos pequenos avanços nas pequenas ações pedagógicas antirracistas. Isto nos fortalece ainda mais à trabalharmos a educação para as relações étnico-raciais na dimensão e perspectiva dos direitos humanos, reconhecendo à todos/todas, especialmente os grupos mais marginalizados socialmente como os negros e indígenas a terem sua cultura, histórias, patrimônios, memórias e saberes valorizados e seus direitos reconhecidos.

Finalizamos esta reflexão, transcrevendo integralmente um vídeo recebido no grupo de *whatsapp* com o título: “Ubuntu todos os dias”, onde o narrador diz o seguinte: “um antropólogo estava estudando os usos e costumes de uma tribo africana quando ao final dos trabalhos propôs uma brincadeira com as crianças da região: colocou um cesto cheio de doces embaixo de uma árvore e propôs uma corrida e disse: olha, quem chegar primeiro leva o cesto. As crianças se alinharam prontas para correr e quando elas estavam prontas ele disse: já. Todas deram as mãos e correram juntas até a árvore, pegaram o cesto juntas e comemoraram juntas. O antropólogo olhou curioso aquela situação e uma das crianças olhou de volta para ele e disse: “UBUNTU, tio! Como uma de nós iríamos ficar felizes, se todas as outras iriam ficar triste?”. Ubuntu é uma palavra africana que representa uma filosofia e uma ética antiga africana que significa: “sou quem sou porque somos todos nós.”. Uma pessoa com Ubuntu tem consciência de que ela é afetada quando um semelhante seu é afetado. Sabe que o mundo não é uma ilha e ela precisa de outros para ser ela mesma. Ubuntu fala de respeito básico pelos outros. Ubuntu é compaixão, partilha, empatia. Ubuntu diz que ser humano é ser com os outros e ser com os outros deve ser tudo: em outras palavras, gente precisa de gente para ser gente. Na verdade, quanto mais dedicado a outras gentes, mais gente você se tornará.



[ARTIGO]

Minha oração é que você faça a partir de hoje, mais alguma coisa por alguém: hoje, amanhã e sempre. Enxergue o outro. Conecte-se com gente. Faça alguma coisa por alguém, porque ninguém é alguém, sem o outro alguém. Somos seres únicos e somos seres feitos para vivermos coletivamente. [...]. Esta é uma mensagem que precisa estar não somente em nossa boca, mas também em nosso coração. Você precisa ser gente. Precisa estar diretamente ligado com vínculos de amizade, de amor, de afeto com outras gentes. Vire-se para o ser humano e pratique sua fé nele. UBUNTU para você!”

Finalizamos, ressaltando que se faz necessário e urgente que se construa nas escolas práticas pedagógicas antirracistas, que promova a discussão, o debate e o combate aos preconceitos, as discriminações e a todas as formas de violências, sejam elas físicas, simbólicas ou psicológicas. Práticas pedagógicas onde o respeito às diversidades e às diferenças sejam o marcador central e que prime pelo afeto e pelo compromisso político com a vida e com os direitos humanos.

Infelizmente, lamentamos dizer que quando a escola não é comprometida com a discussão antirracista, ela compactua com a morte ao não promover o debate daquilo que mata muitas pessoas negras neste país: o racismo. E é por isso que pensamos que para além da chamada Semana da Consciência Negra devemos construir na escola durante o ano todo possibilidades de estudantes críticos com aulas mais plurais, heterogêneas, democráticas, inclusiva, antirracistas e comprometidas com a vida, pois: VIDAS NEGRAS IMPORTAM!



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do povo**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 2014 p.

ASSIS, Evandro de. Candidato a vereador que tinha suástica nazista na piscina em SC é expulso de partido. **NSC TOTAL**. 08/10/2020. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/evandro-de-assis/candidato-a-vereador-que-tinha-suastica-nazista-na-piscina-em-sc-e>. Acesso em 26/01/2022.

BERNARDO, Nairim. O que o filme “estrelas além do tempo” tem a ver com sua aula. NOVA ESCOLA, 07 de março de 2018. Disponível em https://novaescola.org.br/conteudo/4779/o-que-o-filme-estrelas-alem-do-tempo-tem-a-ver-com-a-sua-aula?gclid=EA1aIQobChMI0uHo0fbh9QIVhw2RCh0bjA5BEAAYASAAEgLvD_BwE. Acesso em 02/02/2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo: 2005, 339 f.

DIAS, Karina de Araújo. **Formação continuada para a diversidade étnico-racial: desafios pedagógico no campo das ações afirmativas na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011, 277 f.

DIALLO, Cintia Santos; RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; ASSIS, Renata Rodrigues de. Projeto Político Pedagógico: possibilidades e limites para a promoção da igualdade racial na escola. In: MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; TROQUEZ, Marta Coelho Castro. (Orgs.) **Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar**. Curitiba: Appris editora, 2018. 255 p.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-racial. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel, BARROS, Graciete Maria Nascimento. (Coord.) **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria da Educação Média e Tecnológica, Secretaria de Educação Básica e Tecnológica, 2003, 170 p.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise. **Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008 48 p.



[ARTIGO]

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/2003 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERING, Rosana (Orgs.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009, pp. 39 – 75.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escolas na perspectiva da lei 10.639/2003**. Brasília: MEC/UNESCO, 2012, 424 p.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei 10.639/2003 – desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em revista**. Curitiba, nº 47, jan/março 2013, pp. 19 – 23.

IGOR, Renato. Busto de Hitler e suástica nazista somem de loja em SC após denúncia de turista; polícia investiga o caso. **NSC TOTAL**. 10/08/2021. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/busto-de-hitler-e-suastica-nazista-somem-de-loja-em-sc-apos-denuncia-de>. Acesso em 26/01/2022

IGOR, Renato. Símbolo de apologia ao nazismo não são casos isolados em SC. **NSC TOTAL**. 11/08/2021. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/video-simbolos-de-apologia-ao-nazismo-nao-sao-casos-isolados-em-sc>. Acesso em 26/01/2022

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Opção decolonial e antirracismo na educação em tempos neofascistas. **Revista da ABPN**. v. 12, nº 32, Março/maio.2020, pp. 11 – 29.

PEREIRA, Paula de Abreu. **A educação das relações étnico-raciais: experiências numa escola pública de Santa Catarina**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011, 318

ROMANO, Giovanna. “Racismo no Brasil é coisa rara”, diz Bolsonaro a Luciana Gimenez. **Revista VEJA** [online]. 08/05/2019. Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/racismo-no-brasil-e-uma-coisa-rara-diz-bolsonaro-a-luciana-gimenez/> Acesso em 02/02/2022.

SANTA CATARINA, **Proposta Curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – Disciplinas curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, **Proposta Curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – Formação docente para educação infantil e séries iniciais**. Florianópolis: COGEN, 1998.



SANTA CATARINA, **Proposta Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – Temas multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, **Proposta Curricular de Santa Catarina** – formação integral na educação básica. Florianópolis: COGEN, 2014, 117 p.

SANTA CATARINA, **Caderno pedagógico – Educação e Diversidade**: implantação e implementação das leis nº 11.645/08, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99 na educação básica e modalidades de ensino. Florianópolis: DIOESC, 2016, 56 p.

SANTA CATARINA, **Política de Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Florianópolis: SED/SC, 2018, 54

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED/SC, 2019, 492 p.

SANTA CATARINA. **NSC Total** – Nazismo em Santa Catarina: investigação aperta cerco a extremista. Caderno NÓS. 11/12/2017 – Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/noticias/nazismo-em-sc-investigacao-aperta-cerco-a-extremistas>. Acesso em 26/01/2022

SILVA, Anderson. Bandeira Nazista é balançada por homem em prédio de Florianópolis; polícia civil investiga. 15/05/2021. **NSC TOTAL**. – Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/bandeira-nazista-e-balancada-por-homem-em-predio-de-florianopolis-policia>. Acesso em 26/01/2022.

SILVA, Evanildo Alves; BONFIM, Marco Antônio Lima do. A necropolítica do Estado e o racismo antinegro: uma análise discursiva do assassinato de George Floyd. **Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento**. Ano 6, vol. 11, pp. 48 -65.

SOUZA, Odair de. **A educação para as relações étnico-raciais e ensino de história**: memórias e experiências de professoras da educação básica. Dissertação. (Mestrado em Ensino de História). Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018, 212 f.

SOUZA, Odair de. A interdisciplinaridade como caminho teórico metodológico para a educação das relações étnico-raciais na educação básica. **Revista Digital Formação em Diálogo**. Rio de Janeiro, vol. 04, nº 02, dez/2019.

SOUZA, Odair de; PAIM, Elison Antonio. Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Chapecó, nº 34, 2019/02.

SOUZA, Odair de; FREITAS, Patrícia de. Ensino de História e temas sensíveis em tempos de pandemia: dilemas e impertinências. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Chapecó. nº 37, jul/dez/2021, pp. 118 – 133.

SOUZA, Odair de; LIMA, Valdemar de Assis. História e Cultura Africana na Educação Básica: entre dilemas e propostas de ensino. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**. UEMS/Campo Grande/MS, vol. 05, nº 10, pp. 68 -79. 2021

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. São Paulo: Papirus, 2005.

WALSH, Catherine. Gritos, grietas y siembras de vida: entretrejes de lo pedagógico y lo decolonial. In: WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito/Equador: Abya Yala, 2017, Tomo II, 560 p.